

2 Dialogismo, enunciado, polifonia e representação

Não existe nem a primeira nem a última palavra, e não existem fronteiras para um contexto dialógico (ascende a um passado infinito e tende para um futuro igualmente infinito). Inclusive os sentidos passados, ou seja, gerados nos diálogos dos séculos anteriores, nunca podem ser estáveis (concluídos de uma vez para sempre, terminados); sempre vão mudar renovando-se no processo posterior do diálogo (Bakhtin, [1979]; 1982: 392).

Apresento neste capítulo as noções bakhtinianas com as quais darei embasamento teórico à minha investigação das diferentes vozes ecoadas nos dados gerados na minha condição de professora de inglês como língua estrangeira na rede estadual do Rio de Janeiro. Utilizarei as noções bakhtinianas de *dialogismo*, *enunciado* e *polifonia* a fim de investigar as vozes presentes nos PCN-LE (1998), na Reorientação Curricular de 2005, nas notas de campo e na entrevista com a professora de inglês. Não há a pretensão aqui de *contrastar* os objetos de pesquisa, ou seja, os dados gerados. O foco será analisar as vozes que se fazem ouvir na reorientação curricular e nos PCN-LE, assim como perceber e comentar os ‘ecos’ observados nas notas de campo e ouvidos na fala da professora de inglês relacionados à situação de ensino/aprendizagem de inglês que se apresenta no momento atual. De acordo com Bakhtin ([1977]; 2004:155), as mudanças se acumulam nas variantes, no curso dos séculos e dos decênios, daí novos hábitos da orientação ativa em relação ao discurso de outrem⁴ conseguem se estabilizar, os quais se fixam em seguida sob a forma de representações lingüísticas duráveis nos esquemas sintáticos.

A fim de investigar a questão de possível preconceito existente relacionado ao ensino/aprendizagem de inglês como língua estrangeira na rede estadual do Rio de Janeiro, apropriar-me-ei também da noção de *representação* apontada por Magalhães (2004); concordando com Horikawa (*apud* Dudas,

⁴ Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin aponta a existência do “discurso de outrem”. O discurso citado é visto pelo falante como enunciação de uma *outra* pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa, e situada fora do contexto narrativo. É a partir dessa existência autônoma que o discurso de outrem passa para o contexto narrativo, conservando o seu conteúdo e ao menos rudimentos de sua integridade lingüística e da sua autonomia estrutural primitivas (Bakhtin, [1977]; 2004:144).

2003:150) no intuito de analisar as representações que a professora de inglês entrevistada faz de si mesma e traçando uma ponte entre as vozes oriundas das Reorientações Curriculares (2005) assim como as que permeiam os PCN-LE.

Ao analisar as representações que faço da professora de inglês através das vozes ouvidas na entrevista feita com a mesma, percebo também minha própria representação enquanto professora de inglês no cenário citado, pois minhas vozes entrelaçam-se às delas e às vozes oriundas dos dados escritos.

O intuito da presente pesquisa torna-se então encontrar fios da trama que tece o preconceito vivenciado por mim enquanto professora de inglês da rede estadual e descobrir se as vozes dos colegas de trabalho, amigos, parentes, os ‘discursos de outrem’, reorientações no currículo, etc., têm alguma relação ou possível influência em atitudes como a da professora de português demonstrada na nota de campo acima (capítulo 1). Como dito anteriormente, não há a pretensão de buscar respostas para as indagações propostas, mas propor reflexões sobre as representações que se fazem através dessas vozes oriundas de diversas fontes e que vão se (re)construindo a cada dia que passa e a cada aula ministrada. Portanto, compreendo que o presente trabalho de pesquisa fundamenta-se numa base metodológica sociointeracionista com parâmetros interpretativistas e cunho etnográfico, pois concordo com Erickson (1984, p.60-61) quando afirma que não há como dissociar a identidade do/a pesquisador/a de sua participação em campo, visto que nossos anseios, comportamentos, pontos de vista e características interacionais se expressam em nossas interpretações. A influência do/a pesquisador/a sempre existe, tornando-se até mesmo uma necessidade (Labov, 1972, *apud* Machado, 1998: 103-111).

2.1

O dialogismo bakhtiniano

Para que possamos compreender o pensamento de Bakhtin, devemos em primeira instância mergulhar em sua concepção de que se a ciência humana tem método e objeto dialógicos, também suas idéias sobre o homem e a vida são marcadas pelo princípio dialógico (Barros, 1997:30; 2001:26).

Não há apenas um eu e um meio que lhe é externo: a linguagem acontece porque há um nós (Kramer, 2002:75).

Como aponta Machado (2005:161), Bakhtin entende que uma linguagem é sempre uma imagem criada pelo ponto de vista de uma outra linguagem. O sujeito se constitui a medida que vai ao encontro do outro. Segundo a perspectiva bakhtiniana, o outro é imprescindível na construção do nosso 'eu', daí a conclusão de que a linguagem deve ser percebida a partir de uma concepção dialógica. Ainda de acordo com tal perspectiva, a linguagem é concebida de um ponto de vista histórico, cultural e social que inclui a comunicação efetiva e os sujeitos e discursos nela envolvidos (Brait e Melo, 2005:65).

Sem dúvida alguma, o tema dominante em Bakhtin é o dialogismo, o do princípio dialógico, qualquer que seja o objeto de sua reflexão. Segundo o autor, o monologismo (oposto ao dialogismo) concentra todo o processo de criação do criador (autor) em si mesmo. Tudo se torna objeto mudo, pois é o único centro irradiador da consciência, das vozes, imagens, pontos de vista, "coisifica" tudo. No modelo monológico, não há a existência da consciência responsiva e isônoma do outro; para ele não existe o "eu" isônomo do outro, o "tu". Conforme Bezerra (2005:192), o monólogo é algo concluído e surdo à resposta do outro, não reconhece nela força decisória.

Para Bakhtin, no universo monológico não se há nada mais a dizer. Daí a afirmação de que a linguagem é, por constituição, dialógica e a língua não é ideologicamente neutra e sim complexa, pois nela se imprimem historicamente e pelo uso as relações dialógicas dos discursos. Nesse ponto, decido fazer um parêntese e explicitar de forma mais apurada a questão da complexidade da língua. Como dito anteriormente, a linguagem (seja pensada como língua ou como discurso) é essencialmente dialógica. Ignorar sua natureza dialógica é o mesmo, para Bakhtin, que apagar a ligação que existe entre a linguagem e a vida (Barros, 1997:35). Daí a afirmação de que a língua não é ideologicamente neutra e sim complexa. Suas reflexões para essa questão levam-nos a alguns pontos que dividirei e analisarei abaixo:

1º) Não há como comparar ou assemelhar a relação entre língua e ideologia, e discurso e ideologia, pois assim como podemos afirmar que as mais

imperceptíveis alterações da existência social são refletidas no discurso, ao contrário, na língua as modificações processam-se lentamente;

2º) No que tange à questão língua e discurso, cito Fiorin (1988) que distingue os termos mostrando que a língua possui certa autonomia em relação às formações sociais e altera-se, sobretudo, devido a causas internas ao próprio sistema. Já o discurso é determinado por coerções sociais e está assentado sobre uma ou mais formações discursivas (que correspondem a formações ideológicas);

3º) Para Bakhtin, no signo confrontam-se índices de valor contraditório, ou seja, como a língua produz vários discursos em que falam vozes diversas e também discursos ideologicamente opostos (classes sociais diferentes utilizam o mesmo sistema lingüístico), deve-se concluir que com o tempo, os traços desses discursos impressos na língua a partir do uso discursivo acoplam à ela choques e contradições que se atraem e se rejeitam – elementos tidos como inconciliáveis. “Assim caracterizada, a língua é dialógica e complexa, pois nela se imprimem historicamente e pelo uso as relações dialógicas dos discursos” (Barros, 2001:35).

Retornando ao ponto mais específico do dialogismo, Bakhtin afirma ainda que a alteridade define o ser humano, pois o *outro* é imprescindível para sua concepção: é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao outro.

O modo como eu vivencio o *eu* do outro difere inteiramente do modo como vivencio o meu próprio *eu*; isso entra na categoria do *outro* como elemento integrante, e essa diferença tem importância fundamental tanto para a estética quanto para a ética (Bakhtin, [1979]; 2003:35).

Ao falar, sempre levo em conta aquilo que penso que meu destinatário apreendeu do que eu falei: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta suas convicções e concepções, seus preconceitos (do meu ponto de vista), suas simpatias e antipatias – tudo isso determinará a compreensão responsiva ativa do meu enunciado por ele. Em outras palavras, o ouvinte, ao perceber e compreender o significado do que digo e/ou quero dizer (o significado lingüístico do discurso), ocupa simultaneamente em relação a ele uma posição ativa

responsiva, ou seja, concorda ou discorda, completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc. “Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma, a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante” (Bakhtin, [1979]; 2003:271).

Cedo ou tarde, o que foi ouvido e realmente compreendido refletirá/responderá nos discursos subseqüentes ou no comportamento do ouvinte. Todo falante é em maior ou menor grau um respondente:

porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema de língua que usa, mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações” (Bakhtin, [1979]; 2003:272).

Logo, podemos afirmar que esse falante baseia-se nesses seus próprios enunciados, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe como já conhecidos de quem os vai ouvir (o ouvinte). “Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (Bakhtin, [1979]; 2003:272). Menciono o termo *enunciado* aqui, porém esclareço que a subseção 2.2 a seguir dedicar-se-á a tal conceito.

Ainda de acordo com Bakhtin, a língua não é vista como um sistema de normas. Defende a natureza social e evolutiva da mesma e sustenta que essa constante evolução é decorrente das interações verbais dos interlocutores. Utilizando suas próprias palavras em *Estética da Criação Verbal* ([1979], 2003:349), “O homem entra no diálogo como voz integral. Participa dele não só com seus pensamentos, mas também com seu destino, com toda a sua individualidade”.

Considero que a concepção sociointeracional da linguagem tem como alicerce o dialogismo defendido por Bakhtin. Dessa forma, pode-se afirmar que as estruturas discursivas não constituem o cerne do princípio dialógico, mas sim as práticas discursivas.

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e

essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal (Bakhtin, [1979]; 2003:348).

Como afirma o próprio Bakhtin [1979], é como se obrigássemos o homem a falar. Nós como locutores, acabamos por construir e/ou co-construir os importantes depoimentos, explicações, confissões, etc. de nossos interlocutores (ouvintes). Acabamos por auxiliar no desenvolvimento integral do discurso interior (eventual, efetivo, etc.) desse homem. Por toda parte há o texto real ou eventual e a sua compreensão. A investigação, inclusive, torna-se interrogação e conversa, isto é, diálogo.

Na passagem do monologismo para o dialogismo, Bakhtin destaca “o homem no homem” (Bezerra, 2005:193) não como uma coisa, um objeto silencioso, mas como outro sujeito, outro “eu” investido de iguais direitos no diálogo interativo com os demais falantes, outro eu a quem cabe auto-revelar-se livremente. O dialogismo constrói a imagem do homem num processo de comunicação interativa, no qual eu me vejo e me reconheço através do outro, na imagem que o outro faz de mim. O outro se projeta em mim e eu me projeto no outro, nossa comunicação dialógica requer que nossos reflexos projetem-se um no outro, que afirmemos um para o outro a existência de multiplicidades de “eu”, de duas multiplicidades de infinitos que convivem e dialogam em pé de igualdade.

Ao levar em consideração esse enfoque dialógico, essa transformação do homem objeto, ou melhor, do homem reificado, em outro sujeito, em outro “eu”, não posso deixar de lado a questão da polifonia (as múltiplas vozes e consciências independentes e imiscíveis, vozes plenivalentes desse outro transformado/criado através do discurso). Entretanto, para que possamos compreender as concepções bakhtinianas de polifonia, reservo a próxima subseção à questão do enunciado, pois a meu ver este constitui parte integrante à compreensão da multiplicidade de vozes no discurso (interior ou não).

2.2 A questão do enunciado

Ao tentar traçar um paralelo entre o *enfoque dialógico* e a questão do enunciado, detenho-me primeiramente em duas questões básicas que perpassam o dialogismo de Bakhtin e que não foram explicitadas na seção anterior:

- 1) a existência de uma interação permanente entre os participantes do diálogo;
- 2) a interdependência entre discurso e contexto de forma que um determine e selecione o outro e vice-versa.

Há dessa forma o reconhecimento de que a língua é fundamentalmente um instrumento de comunicação; entretanto, também fica claro em seus textos que para Bakhtin a interação dos interlocutores é quem será responsável pela fundação da linguagem, assim como da construção dos próprios sujeitos produtores do texto (seja este verbal ou escrito).

A língua materna, seu vocabulário e sua estrutura gramatical, não os conhecemos por meio dos dicionários ou manuais de gramática, mas sim graças aos enunciados concretos que ouvimos e que reproduzimos na comunicação discursiva efetiva com as pessoas que nos rodeiam (Bakhtin, [1979]; 2003: 326).

Como é próprio no pensamento bakhtiniano, a questão do contexto traz consigo um papel de suma importância. O contexto da oração é o contexto da fala do mesmo sujeito do discurso (falante); a oração não se correlaciona de imediato nem pessoalmente com o contexto extraverbal da realidade (a situação, o ambiente, a pré-história) nem com as enunciações de outros falantes, mas tão somente através de todo o contexto que a rodeia (ou seja, através do enunciado em seu conjunto). Por isso, cito Machado (2005:158) que confere ao gênero discursivo, por exemplo, o caráter não de uma forma lingüística, mas de uma forma enunciativa que depende muito mais do contexto comunicativo e da cultura do que da própria palavra. Esta questão torna-se particularmente útil no presente estudo visto que o contexto presenciado e vivido dentro da escola pública pesquisada (onde a professora de português da nota de campo 1 e eu estamos inseridas) é aquele contemplado nos textos dos PCN-LE e na Reorientação

Curricular. Trazem tais documentos demonstrações de traços preconceituosos como os enunciados da professora na nota de campo?

Aproveitar-me-ei da questão do contexto abordada acima para iniciar então minha discussão sobre a concepção de enunciado. Em *Diálogos com Bakhtin*, Barros (2001:21) aponta que o que mais a interessa em Bakhtin são suas idéias sobre o texto. A autora afirma ainda que não faz distinção entre os termos *texto* e *discurso*, pois ambos aparecem juntamente como *enunciado* no trabalho do autor. Brait e Melo em *Bakhtin Conceitos-Chave* (2005), têm por objetivo apresentar a maneira como os conceitos *enunciado/ enunciado concreto/ enunciação* aparecem no conjunto das obras de Bakhtin. Segundo as autoras, “Grosso modo, é possível dizer que enunciado, em certas teorias, equivale à frase ou a seqüências frasais. Em outras, entretanto, que assumem um ponto de vista pragmático, o termo e conseqüentemente o conceito por ele gerado são utilizados em oposição à frase” (2005:63). Como se fosse uma seqüência de palavras passíveis de serem analisadas “fora de contexto”.

O enunciado, nessa concepção, é concebido como unidade de significação, necessariamente contextualizado. Os enunciados são únicos e uma mesma frase pode realizar-se em um número infinito deles. Uma vez que são únicos, dentro de contextos e situações específicas, a “frase” ganhará sentido diferente nessas diferentes realizações enunciativas. Pelas diferentes concepções já citadas e outras ainda por vir, torna-se claro que tais conceitos tão largamente utilizados na área dos estudos da linguagem estão longe de promover um consenso, apresentando, ao contrário, uma grande polissemia de definições e empregos. Por mais contraditórios que possam parecer, as concepções e diferentes conceitos utilizados por Bakhtin no que diz respeito ao enunciado, por seguir suas teorias como embasamento teórico na presente pesquisa, esclareço que levarei em conta as concepções de tal autor explicitado em suas obras, e se necessário, no caso de um embate de significados que venham a se entrecruzar, tentarei, à luz de Bakhtin, analisar e interpretar o pensamento e/ou teoria do autor na referida citação utilizada por mim.

Para Bakhtin [1979], o enunciado é cheio de tonalidades dialógicas, e sem levá-las em conta torna-se impossível entender até o fim o estilo de um enunciado. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* ([1977]; 2004:112), Bakhtin conceitua enunciação como o produto da interação de dois indivíduos socialmente

organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor.

A palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo pessoal ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.) (Bakhtin, [1977]; 2004:112).

Da mesma forma, afirma que a situação social mais imediata e o meio social determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação que em sua totalidade é socialmente dirigida. Antes de qualquer coisa, ela é determinada da maneira mais imediata pelos participantes do ato de fala, explícitos ou implícitos, em ligação com uma relação bem precisa; a situação dá forma à enunciação, impondo-lhe esta ressonância em vez daquela. A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação.

Retornando ao ponto já mencionado de que “a palavra dirige-se a um interlocutor”, vale acrescentar que segundo Bakhtin ([1977], 2004:114), toda palavra comporta *duas faces*. Ela tanto se dirige *para* alguém como procede *de* alguém. Ela constitui o *produto da interação do locutor e do ouvinte*.

Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (Bakhtin, [1977]; 2004:113).

Em *Estética da Criação Verbal* [1979], Bakhtin discute a *palavra* que tem por natureza uma necessidade de ser sempre ouvida. De acordo com o autor, a palavra sempre procura uma compreensão responsiva e não se detém na compreensão imediata, mas abre caminho sempre mais e mais à frente (de forma ilimitada); para a palavra não há nada mais terrível do que a *irresponsividade*. Ao escolhermos palavras partimos do conjunto do enunciado (ao construirmos nosso discurso, sempre trazemos de antemão o todo da nossa enunciação, não “enfiamos” as palavras, não vamos de uma palavra à outra, mas é como se

completássemos com as devidas e apropriadas palavras a totalidade). Esse conjunto que projetamos e criamos é sempre expressivo e é ele que irradia a sua expressão (ou melhor, a nossa expressão) a cada palavra que escolhemos. E ao escolhermos as palavras que usamos, acabamos representando-nos por meio destas. Minha primeira palavra ‘muda’ ao comentário da professora de português foi *preconceito*. Poder-se-ia pensar que houve então um caso de irresponsividade visto que enquanto professora do mesmo universo escolar eu me mantive ‘calada’. Porém, acredito que o presente trabalho de pesquisa é a melhor espécie de resposta que a professora de português citada pode receber. Vejo a atual dissertação como um enunciado em si, que se dirige a alguém, onde a pesquisadora torna-se a autora e a professora de português da nota de campo e todos os outros que demonstrarem o preconceito pesquisado tornam-se necessariamente destinatários desse enunciado.

Em *Estética da Criação Verbal* ([1979]; 2003:274), Bakhtin retoma a questão do enunciado no capítulo designado aos Gêneros do Discurso. O enunciado é visto e analisado, em uma de suas peculiaridades, em oposição à oração. Segundo Bakhtin, o enunciado constitui uma *unidade de comunicação discursiva*, enquanto a oração é vista como *unidade da língua*. O discurso só existe de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso.

A oração enquanto unidade de língua carece de várias propriedades: não é delimitada de ambos os lados pela alternância dos sujeitos do discurso, não tem contato imediato com a realidade (com a situação extra verbal⁵) nem relação imediata com enunciados alheios, não dispõe de plenitude semântica nem capacidade de determinar imediatamente a posição responsiva do outro falante, isto é, de suscitar resposta. “A oração enquanto unidade de língua tem natureza

⁵ Em Brait e Melo (2005:66), as autoras demonstram a importância da relação da situação extra verbal com o discurso verbal na vida utilizando o seguinte exemplo: *Dois pessoas estão sentadas numa sala. Estão ambas em silêncio. Então, uma delas diz “Bem”. A outra não responde.* Nesse caso, percebemos que o sentido desse “Bem” só pode acontecer, só pode ser compreendido e analisado devido a uma situação extra verbal implicada no verbal, incluindo interlocutores que se conhecem, compartilham universos, conhecimentos, pressupostos, sentimentos. Há uma situação considerada como específica e uma simples *palavra*, enunciada num tom apropriado, que carrega a avaliação que é feita pelo enunciatador e que é perfeitamente compreendida e partilhada pelo silêncio do interlocutor. Ao levarmos em consideração as dimensões comunicativa, interativa e avaliativa, a palavra *bem* foi enunciada dentro de condições que a tornam um enunciado, em outras palavras, esse enunciado implicará muito mais do que aquilo que está *incluído* dentro dos fatores estritamente lingüísticos, ou seja, há de se haver um olhar para outros elementos que o constituem.

gramatical, fronteiras gramaticais, lei gramatical e unidade” (Bakhtin, [1979]; 2003:278).

Para que haja compreensão sobre o termo enunciado segundo Bakhtin, torna-se necessário estabelecer limites essenciais e precisos sobre o mesmo, citá-los-ei fazendo observações pertinentes a cada um:

- A alternância dos sujeitos do discurso.
- A capacidade de definir a resposta.
- A responsividade de princípio de qualquer compreensão.

A primeira peculiaridade constitutiva do enunciado diz respeito à alternância dos sujeitos do discurso, que emoldura o enunciado e cria para ele a massa firme, rigorosamente delimitada dos outros enunciados a ele vinculados. Como a palavra, o enunciado também tem a característica de sempre dirigir-se a alguém, de estar voltado para o destinatário. Nesse sentido, o enunciado tem autor e necessariamente destinatário. Tal conceito torna-se muito útil para a presente pesquisa, visto que ambos os PCN-LE e a Reorientação Curricular tornam-se enunciados para àqueles que os lêem (especialmente professores - no caso estudado de Língua Estrangeira).

Esse destinatário, como aponta Brait e Melo (2005:71), tem várias faces, vários perfis, várias dimensões. Pode ser o parceiro e interlocutor direto do diálogo na vida cotidiana, pode ser uma coletividade diferenciada de especialistas de algum campo especial da comunicação cultural, pode ser um público mais ou menos diferenciado, um povo, os contemporâneos, os adversários e inimigos, o subordinado, o chefe, um inferior, um superior, uma pessoa íntima, um estranho, um professor que fala com um aluno, um aluno que se dirige ao professor, um colega de profissão, etc.; ele pode também ser um outro totalmente indefinido, não concretizado. Pode, ainda, ser um destinatário presumido (Brait e Melo, 2005:71). Não necessariamente presumido pelo autor, embora isso também possa ocorrer, mas que se instala a partir da circulação do enunciado. O destinatário do enunciado pode, por assim dizer, coincidir pessoalmente com aquele (ou aqueles) a quem responde o enunciado.

No diálogo cotidiano, na correspondência, essa coincidência pessoal é comum: aquele a quem eu respondo é o meu destinatário, de quem, por sua vez, aguardo resposta (ou, em todo caso, uma ativa compreensão responsiva). Mas nos casos de tal coincidência pessoal uma pessoa desempenha dois diferentes papéis, e essa diferença de papéis é justamente o que importa. Porque o enunciado daquele a quem eu respondo (com o qual concordo, ao qual faço objeção, o qual executo, levo em conta, etc.) já está presente, a sua resposta (ou compreensão responsiva) ainda está por vir (Bakhtin, [1979]; 2003:302).

No trecho acima, creio já ter iniciado a comentar a questão da segunda peculiaridade do enunciado: a capacidade de definir resposta. À essa peculiaridade adiciono, como Bakhtin o fez [1979], o termo *conclusibilidade* específica do enunciado. A conclusibilidade é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) tudo o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições. O primeiro e mais importante critério de conclusibilidade do enunciado é a possibilidade de *responder a ele*, em outros termos, de ocupar em relação a ele uma posição responsiva. Nesse ponto há a pertinência de entrelaçar tal comentário com a terceira peculiaridade do enunciado a ser ainda explicitada (a responsividade de princípio de qualquer compreensão), pois estão interligadas. Alguma conclusibilidade é necessária para que se possa responder ao enunciado, e para isso não é suficiente que o enunciado seja compreendido no sentido de *língua*. Em cada enunciado, abrangemos, interpretamos, sentimos a vontade discursiva do falante, sentimos sua intenção discursiva, seu volume e suas fronteiras. Imaginamos o que o falante quer dizer, e com essa idéia verbalizada (a forma como a entendemos) é que medimos a conclusibilidade do enunciado. Como aponta Machado (2005:156), “todo discurso só pode ser pensado, por conseguinte, como resposta”. O falante, seja ele quem for, é sempre um contestador em potencial. O ouvinte, ao perceber e compreender o significado do discurso, imediatamente assume em relação a ele uma postura ativa de resposta. Como analogia, menciono novamente Bakhtin ([1979], 2003:333) que afirma que pela própria natureza da palavra, esta sempre quer ser ouvida, sempre procura uma compreensão responsiva e não se detém na compreensão *imediate*, mas abre caminho sempre mais e mais à frente. Ora, da mesma forma, todo discurso quer ser ouvido e todos os seus destinatários querem respondê-lo (não que isso aconteça em todos os casos, não pretendo fazer generalizações), assim como o

falante (locutor) também espera, às vezes até avidamente, por uma resposta ao que foi dito.

Em *Estética da Criação Verbal* ([1979]; 2003:333), Bakhtin também aponta a existência de um supradestinatário superior (o terceiro), “... cuja compreensão responsiva absolutamente justa ele pressupõe quer na distância metafísica, quer no distante tempo histórico. “Um destinatário como escapatória”. Em diferentes épocas e sob diferentes concepções de mundo, esse supradestinatário e sua compreensão responsiva idealmente verdadeira ganham diferentes expressões ideológicas concretas (Deus, a verdade absoluta, o julgamento da consciência humana imparcial, o povo, o julgamento da história, etc.)”. Castro (2001:100-101) relata que a contribuição mais original e instigante no que tange às discussões de Bakhtin sobre a linguagem (a seu ver), refere-se às suas observações sobre o destinatário de nossos enunciados (nossos interlocutores) e ao fato de que todo diálogo se desenrola como se fosse presenciado por um terceiro, invisível, dotado de uma compreensão responsiva, e que se situa acima de todos os participantes do diálogo. Esse supradestinatário, em *Estética da Criação Verbal* traduzida do russo em 2003⁶, seria aquele considerado pelo falante como o destinatário ideal. Todo enunciado exige um destinatário, uma segunda pessoa (ainda que sejam duas, três, cem ou um público imenso os participantes do diálogo), pois o sujeito sempre fala dirigindo-se a alguém, mesmo que ao falar esteja sozinho. Entretanto, todo enunciado requer uma terceira pessoa, um “personagem” ideal que compreende exatamente o que o falante quis dizer, que responde como se é esperado, que sente da forma como o falante espera que ele sinta. É uma espécie de resposta perfeita que modela as nossas palavras; em última instância: não falamos apenas com nosso(s) interlocutor(es) ou destinatário(s), mas também nos dirigimos à uma terceira pessoa invisível, e essa terceira pessoa é uma parte importante e constituinte de nossos enunciados. O supradestinatário não é ninguém que possamos considerar em particular, mas tão real quanto o destinatário imediato. Graças às palavras criamos nossa própria existência. Falamos para ser, e falamos para os outros, para o destinatário

⁶ Na tradução feita do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira, São Paulo, Martins Fontes, 1992, a tradutora utiliza o termo “superdestinatário”. Na nova tradução feita em 2003 por Paulo Bezerra, a partir do russo, o termo “supradestinatário” é utilizado (4ª edição, São Paulo, Martins Fontes). Ambos os termos são usados sem alteração em suas concepções e explanações feitas pelo autor da obra (M. Bakhtin).

(interlocutor) que nos ouve e nos responde (a segunda pessoa), e também para a terceira pessoa invisível, o companheiro perfeito. Falamos porque esse companheiro existe e nos escuta, e nos ouve sempre (Bakhtin [1979]; 2003: 321).

Ainda no campo do enunciado, resta-nos explicitar de forma mais ampla a terceira peculiaridade do mesmo: a responsividade de princípio de qualquer compreensão.

Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. (Bakhtin, [1979]; 2003:297).

É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições. Por isso, cada enunciado é sempre repleto de variadas e diferentes atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva. Como já mencionado, o enunciado é pleno de *tonalidades dialógicas*, e sem levá-las em conta entender até o fim o estilo de um enunciado torna-se impossível. Por mais centrado que esteja em seu objeto, o enunciado não deixa de ser uma resposta àquilo que já foi dito sobre dado objeto, sobre dada questão. Ainda que essa responsividade não tenha ainda adquirido uma expressão externa, ela irá manifestar-se na tonalidade do sentido, na tonalidade da expressão, na tonalidade do estilo, nos matizes mais sutis da composição.

A nossa própria idéia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento (Bakhtin, [1979]; 2003:298).

Mesmo sempre respondendo além do seu objeto (no sentido amplo da palavra) de uma forma ou de outra aos enunciados do outro que o antecederam, este não está ligado apenas aos elos precedentes, mas também aos subseqüentes da comunicação discursiva. Podemos afirmar que o enunciado se constrói (desde o início) levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em

essência é criado. O papel dos *outros*, para quem se constrói o enunciado é extremamente importante. Esses *outros* (para os quais o meu pensamento pela primeira vez se torna um pensamento real – e deste modo para mim mesma também) são participantes ativos da comunicação discursiva e não ouvintes passivos. Desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma ativa compreensão responsiva. É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta.

O enunciado nunca é apenas um reflexo, uma expressão de algo já existente ou que já aconteceu fora dele, dado e acabado. Ele sempre cria algo que não existia antes dele, absolutamente novo e singular, e que ainda terá relação com o valor (a verdade, a bondade, a beleza, etc.). Contudo, todo o dado se transforma em criado, pois uma coisa é criada sempre a partir de algo dado (a linguagem, o fenômeno observado da realidade, um sentimento vivenciado, o próprio sujeito falante, etc.).

Ainda a respeito do enunciado, dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, que nada sabem um sobre o outro, no confronto dos sentidos revelam relações dialógicas se entre eles há ao menos alguma convergência de sentidos, como nos apontam os PCN-LE e a própria Reorientação Curricular. O primeiro documento escrito no ano de 1998 e o segundo em 2005, à princípio, distantes um do outro tanto no tempo quanto no espaço, e ainda assim, escritos com finalidades semelhantes: aprimorar o ensino/aprendizagem de LE dentro das escolas da rede oficial.

A compreensão do enunciado pleno é sempre dialógica; entretanto, não se pode interpretar as relações dialógicas em termos simplificados e unilaterais (reduzindo-as a uma contradição, luta, discussão, desacordo). A *concordância* é uma das formas mais importantes de relações dialógicas. Bakhtin ([1979]; 2003:331) exemplifica tal fato utilizando dois enunciados idênticos em todos os sentidos: (“belo clima!” – “belo clima!”). Se realmente são *dois* enunciados pertencentes a *diferentes* vozes e não um só enunciado, estão ligados por uma *relação dialógica de concordância*. Trata-se de um determinado acontecimento dialógico nas relações mútuas e não de um eco. Poderia não haver concordância (“Não, o clima não está muito bom”, etc.). Desse modo as relações dialógicas são bem mais amplas que o discurso dialógico no sentido restrito. Aproveito a questão mencionada acima de uma possibilidade de *diferentes vozes* em um mesmo

enunciado para no próximo item, introduzir a concepção do termo *polifonia* e relacioná-lo com a visão dialógica e bakhtiniana de linguagem.

2.3

A polifonia da linguagem – “*Eu em tudo ouço vozes...*”⁷

Cada conjunto verbalizado grande e criativo é um sistema de relações muito complexo e multiplanar. Na relação criadora com a língua não existem palavras sem voz, palavras de ninguém. Em cada palavra há vozes às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais (as vozes dos matizes lexicais, dos estilos, etc.), quase imperceptíveis, e vozes próximas, que soam concomitantemente (Bakhtin, [1979]; 2003:330).

A questão da polifonia ou multiplicidade de vozes surge em Bakhtin quando o autor inicia suas concepções relacionadas ao romance, mais especificamente no ensaio *O autor e a personagem*⁸, aqui no Brasil incluído em *Estética da Criação Verbal* (2003). Segundo Bakhtin, o autor-criador (que não é por princípio, uma instância narrativa abstrata, ou seja, “o narrador”) é a consciência de uma consciência, uma consciência que engloba e acaba a consciência do personagem (herói) e do seu mundo; o autor-criador sabe mais do que seu personagem. Daí surge o conceito de *exotopia* usado por Bakhtin (2003); Tezza (1997; 2001) e Bezerra (2005), apontando que a relação criadora é sempre marcada por um princípio básico, isto é, como o autor (-criador) sabe mais do que seu personagem, há um excedente de saber e é esse excedente que lhe dará o princípio da obra literária. Pelo princípio da exotopia, devido ao fato de uma consciência estar fora de outra, de uma consciência ver a outra como um todo acabado, ela nunca poderá fazer isso consigo mesma. Ou seja, o personagem não se define por sua estrutura intrínseca, por suas características autônomas, mas, fundamentalmente, pela relação que o autor-criador mantém com ele. O autor dá ao personagem o que é inacessível ao próprio personagem: sua imagem externa. Fazendo um paralelo com a vida real: o autor é para o personagem o que o outro é para mim; é o ponto de vista do outro que me dá acabamento. Cada acontecimento que passamos ou vivemos em nossas vidas está permanentemente aberto. Fica

⁷ Termo utilizado por Kramer em *Por entre as pedras: Arma e sonho na escola* (2002:80).

⁸ Na tradução feita a partir do francês (1992), o ensaio é chamado por *O autor e o herói*. Utilizo o termo da versão traduzida em 2003 por Paulo Bezerra a partir do russo, Editora Martins Fontes, 4ª edição.

mais uma vez claro que a natureza dialógica da linguagem, na visão de mundo de Bakhtin, está presente em todas as suas realizações – no universo bakhtiniano, nenhuma voz, jamais, fala sozinha. E isso acontece não porque estamos socialmente expostos a influências externas, mas porque a natureza da linguagem é inelutavelmente dupla.

Tezza (2001:283), afirma que “O conceito de exotopia que Bakhtin criou é de tal forma produtivo como interpretação da consciência e dos fatos da consciência que, (...), em alguns momentos não sabemos mais se ele está nos falando apenas dos fenômenos estéticos ou se ele está mesmo criando uma *concepção filosófica*.”. Pois com frequência, a forma como ele se refere ao “acontecimento aberto da vida”, e de como este acontecimento aberto encontra-se impregnado no objeto estético, nos dá lampejos de sua visão de mundo – ou utilizando as concepções de Tezza (2001), *O autor e o herói*⁹ de fato se insere num painel teórico muito mais amplo.

Se eu mesmo sou um ser acabado e se o acontecimento é algo acabado, não posso nem viver nem agir: para viver, devo estar inacabado, aberto para mim mesmo – pelo menos no que constitui o essencial da minha vida -, devo ser para mim mesmo um valor ainda por-vir, devo não coincidir com a minha própria atualidade (Bakhtin *apud* Tezza, 2001:284).

Eu só posso me imaginar, por inteiro, sob o olhar do outro; pelo princípio dialógico (que em certo sentido decorre da exotopia), a minha palavra está inexoravelmente contaminada do olhar de fora, do outro que lhe dá sentido e acabamento. É o outro que nos completa, que vê o que não podemos ver, assim como nós vemos no outro o que ele próprio não pode ver. Por isso, ao escrever esta dissertação estou me (re)construindo como pessoa e como profissional.

Em *Diálogos com Bakhtin* (2001), Barros (p.36) emprega o termo polifonia para caracterizar certo tipo de texto, aquele em que o dialogismo se deixa ver, se deixa transparecer. Aquele texto em que são percebidas muitas vozes, em que os diálogos entre discursos mostram-se, deixam-se ver ou entrever. Por oposição, há também os textos monofônicos que escondem os diálogos que os

⁹ Na versão traduzida a partir do russo em 2003 por Paulo Bezerra, o ensaio tornou-se *O autor e o personagem*. Fato já mencionado na nota de nº. 10. Tezza (2001) utiliza o termo *O autor e o herói* por ter se baseado na versão traduzida a partir do francês em 1992.

constituem, eles se ocultam sob a aparência de um discurso único, de uma única voz (há uma espécie de abafamento de vozes). Tanto o discurso monológico como o discurso heteroglóssico ¹⁰ (constituído por vozes diversas), ambos resultantes das forças centralizadoras e descentralizadoras da língua, respectivamente, estão presentes em qualquer enunciado.

2.3.1 O conceito de “voz”

Visto que todos os enunciados estão marcados por diferentes vozes provenientes de diversos falantes e de diversos contextos, Junqueira (2003: 32) atesta que “somente a tensão entre as múltiplas vozes que participam do diálogo da vida pode dar conta da integridade e da complexidade do real”.

(...) enquanto expressão material estruturada (através da palavra, do signo, do desenho, da pintura, do som musical, etc.) a consciência constitui um fato objetivo e uma força social imensa. É preciso notar que essa consciência não se situa acima do ser e não pode determinar a sua constituição, uma vez que ela é, ela mesma, uma parte do ser, uma das suas forças; e é por isso que a consciência tem uma existência real e representa um papel na arena do ser (Bakhtin, [1977]; 2004:118).

Bakhtin utilizou o termo “voz” para se referir à consciência falante presente nos enunciados. Em *Estética da Criação Verbal*, ele aponta a característica básica dessa consciência falante, ou seja, o fato dela sempre carregar um juízo de valor, uma visão de mundo: “(...) a emoção, o juízo de valor, a expressão são estranhos à palavra da língua e surgem unicamente no processo do seu emprego vivo em um enunciado concreto” (2003:292). Se retornarmos ao romance, ponto de origem da questão das vozes em Bakhtin, podemos afirmar que essas vozes e consciências não são objeto do discurso do autor, mas sujeitos de

¹⁰ Faraco (2005:49) refere-se ao termo heteroglossia “como uma realidade que congrega múltiplas e heterogêneas línguas sociais, entendidas como compósitos verbo-axiológicos, como expressões de uma determinada interpretação do mundo”. Barros (2001:30) aplica ao invés, o termo heterologia para demonstrar a diversidade em geral dos diferentes elementos que caracterizam o discurso: de gênero (tipos discursivos), de profissão, de camada social, de idade e de região (dialetos). De acordo com a autora, todos esses elementos devem ser considerados quando se pensa em comunicação verbal entre seres humanos. Ressalva ainda que o termo “heterologia” foi o escolhido pelos tradutores franceses em *Questões de literatura e de estética* (1975, ed. bras., 1990).

seus próprios discursos. A consciência do outro é a consciência do personagem, não se objetifica, não se torna objeto da consciência do autor, não se fecha, está sempre aberta à interação com a minha e com outras consciências e só nessa interação revela e mantém sua individualidade. É como se essas vozes soassem ao lado da palavra do autor, pois têm independência excepcional na estrutura da obra. É importante deixar claro aqui que a consciência do autor não modifica ou transforma a consciência dos outros – das personagens – em objetos de sua própria consciência e de seu próprio discurso. Como atesta Bezerra (2005:195), a consciência do autor “não conclui essas consciências porque não as concebe como entidades estáticas e sim como marca identitária do indivíduo: sabe que não podemos predeterminar o indivíduo em evolução nem sujeitá-lo à nossa intenção”. Por isso, a personagem, ou o herói se define no próprio diálogo com outros sujeitos-consciências.

Embora mencionar e exemplificar a questão das vozes no romance à luz de Bakhtin possa parecer a princípio fora de contexto de acordo com a proposta de trabalho exposta por mim na introdução da presente dissertação, penso ser de vital importância a compreensão bakhtiniana do termo “voz” (que se iniciou em seus estudos sobre o romance) para que um paralelo possa ser traçado entre os termos “autor - personagem”, “falante – ouvinte”, “locutor – interlocutor” e até mesmo “entrevistadora - entrevistada”, pois nos dados constituídos para este estudo será este um dos casos, pois houve uma entrevista. Sem a intenção de iniciar uma análise, porém já mencionando algo que será estendido mais adiante, afirmo que em uma entrevista, por exemplo, a entrevistadora não modificará ou transformará a consciência de sua entrevistada em função de sua própria consciência e de seu próprio discurso. Ambos os participantes do discurso definir-se-ão no diálogo, nas perguntas e nas respostas que acontecerem durante a própria entrevista (com toda a multiplicidade de vozes existentes nas consciências dos participantes).

Conclui-se que o mesmo ocorrerá nos textos dos PCN-LE e da Reorientação Curricular. Os participantes do discurso, eu enquanto professora-pesquisadora e os textos que dialogam comigo nos definiremos no diálogo, durante as várias leituras que terei/farei desses textos.

De acordo com Kramer, “E o que são as vozes, senão os sujeitos históricos? Linguagem e história. Sujeitos e história” (2002:81). Bakhtin ([1979]:307) atesta que o texto é a realidade imediata (realidade do pensamento e

das vivências). Segundo o autor, onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento. Sob esses termos, Bakhtin compreende o conceito de texto como enunciado (2003:308), apontando dois elementos que o determinam dessa forma: a sua idéia (intenção) e a realização dessa intenção; e as inter-relações dinâmicas desses elementos, a luta entre eles, que vai determinar a índole do texto. Barros, citando Bakhtin atesta que “o texto é concebido como um tecido de muitas vozes”¹¹ (2001:34). Se traçarmos um paralelo entre as concepções de Kramer, Barros e do próprio Bakhtin, recupera-se no texto seu estatuto pleno de objeto lingüístico-discursivo, social e histórico.

Ao concordar com Bakhtin em sua afirmação de que “em cada palavra há vozes, vozes que podem ser infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais (as vozes dos matizes lexicais, dos estilos, etc.), quase imperceptíveis, e vozes próximas que soam simultaneamente” (Bakhtin, 2003:330), e por compartilhar com o autor que afirma que o dialogismo do discurso acaba por remeter aos enunciados anteriores do outro, proponho-me a investigar as diferentes vozes presentes na entrevista com a professora de inglês, também coordenadora da escola, as vozes participantes dos PCN-LE (1998) e da Reorientação Curricular (2005), partindo do pressuposto de que diferentes e variadas vozes surgirão desses discursos, e que estes são preponderantemente polifônicos.

Passo agora à questão da representação, especificamente da representação que o professor de inglês da rede estadual do Rio de Janeiro como língua estrangeira faz e recebe de si mesmo.

2.4 O conceito de representação

O conceito de *representação* tem sido estudado em várias vertentes que a abordam sob diferentes perspectivas. Segundo Horikawa (2000, *apud* Ribeiro, 2003:150), há duas abordagens que são mais utilizadas ao conceituar-se representação: a universalista, que se encontra baseada na idéia de que a representação é uma distorção ou uma reprodução fiel da realidade externa; e a

¹¹ Em *Diálogos com Bakhtin* (2001), Barros atesta que esse “tecido de muitas vozes” ou de muitos textos ou discursos, se entrecruzam, se completam, respondem umas às outras ou polemizam entre si no interior do texto. Ou seja, há que se distinguir entre o *dialogismo* interno ao discurso (que o define como tal e em que se reproduzem os diálogos com outros discursos) e as relações que se podem estabelecer *externamente* entre os textos.

pós-estruturalista, que se baseia no discurso e afirma que o mundo representado diferencia-se de indivíduo para indivíduo, sendo que as crenças, e o meio histórico influenciam o modo de cada um representar a realidade. Construímos-nos, no discurso, no falar, e assim construímos o mundo em que vivemos.

Para a realização da presente pesquisa, adoto a concepção de representação fundamentada na teoria crítica pós-estruturalista e no interacionismo sócio-discursivo. No momento em que vivemos, enfocando especificamente a educação brasileira, alinho-me com o lugar de destaque dado ao profissional em educação como agente reflexivo e crítico.

As tradições, os costumes, as rotinas, os rituais e as inércias que a escola estimula e se esforça em conservar e reproduzir condicionam claramente o tipo de vida que nela se desenvolve e reforçam a vigência de valores, de expectativas e de crenças ligadas à vida social em grupos que constituem a instituição social (Pérez Gómez, 2001:131).

Nascimento de Paula (2001), Celani (2003) entre outros, enfocam a constituição desse profissional em dois momentos: na formação universitária, e na formação contínua (apontada hoje como essencial). Assumindo como premissa o fato de que esse profissional não está (ou não deveria estar) voltado apenas para a recepção e transmissão de um conhecimento pronto e estático, mas ao contrário, para sua construção em contextos particulares em foco nas necessidades de situações de comunicação locais, bem como na educação em um sentido mais amplo do que a sala de aula ('dialogizando' com Bakhtin), considero o conceito de *representação* como:

... essa cadeia de significações, construídas nas constantes negociações entre os participantes da interação e as significações, as expectativas, as intenções, os valores e as crenças referentes à: a) teorias do mundo físico; b) normas, valores e símbolos do mundo social; e c) expectativas do agente sobre si mesmo como ator em um contexto particular (Magalhães & Celani, 2002:321).

Ao falar de professores (e seres humanos que são) parece-me crucial levar em consideração a compreensão de como avaliam a si mesmos (o que sabem) e aos outros quanto às suas capacidades de ação (poder-fazer), quanto às suas intenções (querer-fazer) e quanto aos motivos (razões para agir) nas interações com outros (colegas, alunos e/ou pesquisadores), pois como participantes de uma

interação, esses professores deixam traços de suas leituras de mundo e/ou apropriam-se na ação de significações (de papéis sociais, imagens sobre si e dos outros, como agentes em um contexto particular). Para o conceito de *representação* utilizado como base teórica para a análise dos dados na presente pesquisa, a possibilidade de auto-avaliação (como agente em um contexto particular) é de fato, central.

As *representações* do agente são sempre construídas dentro de contextos sócio-históricos e culturais e relacionadas a questões políticas, ideológicas e teóricas, ou seja, a verdades e valores que determinam quem detém o poder de falar em nome de quem, quais são os discursos valorizados e a que interesses servem. Em outros termos, o comportamento dos professores é de certa forma, motivado por um complexo conjunto de representações que envolvem valores, interesses, ideologias e questões da estrutura escolar em questão.

Bruner (1996, *apud* Moita Lopes & Bastos, 2002:322) discute como essas *representações* “baseiam-se em um conjunto de crenças populares sobre as mentes dos alunos” que também têm suas diferentes reflexões sobre o que seja ensinar e o que seja aprender (experiências vividas nos contextos escolares como alunos, ou relatadas por outros). Dessa maneira, ainda seguindo Bruner, criar contextos para que as *representações* sejam examinadas torna-se um pré-requisito para qualquer discussão e/ou transformação na pedagogia.

Ao focar o ponto de vista pedagógico, Giroux (1992:254) aponta para uma outra forma de representação chamada pelo mesmo como uma “pedagogia crítica da representação”. Esta pontua a noção de autoridade textual nas práticas da sala de aula e dá aos alunos a possibilidade de terem voz e valorização de seus discursos. Essa pedagogia possibilita contextos para crítica e para análise, isto é, espaços para que os alunos possam entender que as instituições e rotinas do cotidiano possibilitam determinadas formações discursivas e práticas sociais (nem sempre disponíveis para todos os grupos).

Concordando com Celani e Magalhães (2002) em sua concepção de *representação*, acrescento que a linguagem está indissolivelmente ligada às mesmas, uma vez que as *representações* estão inscritas nas escolhas que fazemos e que revelam aos interlocutores possíveis interpretações (hipóteses) de nossas significações quanto a conhecimentos relativos ao mundo físico, normativo e

subjetivo relacionados ao contexto sócio-histórico específico das ações de linguagem.

Encerrando aqui a base que me proporciona o arcabouço teórico para esta pesquisa, passo a seguir para os aspectos metodológicos e a investigação em si dos questionamentos propostos, análise dos dados e reflexão sobre os possíveis entendimentos.